Sindicalismo em tempos de austeridade

Perante a dimensão dos ataques ao mundo do trabalho e da degradação das condições de vida das populações que está a ser imposta pelos governos defensores da austeridade, que reflexões e que estratégias podem contribuir para reforçar a capacidade de acção sindical e, em simultâneo, ampliar e articular o campo das resistências sociais?

HUGO DIAS *

2011 constitui um marco incontornável da nossa história recente. Nesse ano, as políticas de austeridade, iniciadas pelo governo do Partido Socialista (PS) de José Sócrates, convertem-se no pedido de «ajuda» internacional e no Memorando de Entendimento com a Troika (Fundo Monetário Internacional Banco Central Europeu e Comissão Europeia). O documento é assinado pelos três partidos do chamado «arco da governabilidade». A demissão do governo e a realização de eleições antecipadas inauguram uma nova fase política com uma maioria governamental do Partido Social Democrata (PSD) e do Centro Democrático Social (CDS-PP), fiel depositária do Memorando de Entendimento e portadora de um fanatismo ideológico neoliberal sem precedentes.

Num primeiro momento, a hegemonia ideológica em torno da inevitabilidade da intervenção da Troika monopolizou os discursos públicos. Mas a percepção de que os sacrifícios impostos não conduziriam aos resultados apregoados quebrou esse consenso. Isso não significa que as primeiras dinâmicas de resistência social não tenham surgido antes mesmo da intervenção da Troika, como se verá em seguida, mas apenas que esta propiciou um novo ciclo de protesto popular. Os três grandes momentos dessa indignação comum são conhecidos: o primeiro foi o 12 de Março 2011, ainda na fase final da governação Sócrates, a «Geração à Rasca», mais do que uma geração todo um país, saía à rua contra a precariedade, o aumento do desemprego e a falta de perspectivas de vida; e o segundo e o terceiro foram o 15 de Setembro de 2012 e o 2 de Março de 2013, quando o impacto pesado das políticas de austeridade no quadro da Troika fez acelerar os processos de subjectivação política. Surge assim a afirmação clara de «que se lixe a Troika», negação da política de austeridade e desejo de busca de alternativas, e mais tarde a exigência de demissão do governo e devolução da soberania ao povo, para que um novo processo eleitoral pudesse dar lugar à emergência de alternativas políticas.

O sindicalismo, de um modo geral, tem sido parte integrante desta corrente de indignação ao organizar protestos, greves e manifestações significativas. Mas parece evidente que, embora seja a expressão organizada dos interesses colectivos da classe trabalhadora, este surge debilitado e não constitui o único protagonista central da resistência a esta ofensiva. Neste artigo argumenta-se, em primeiro lugar, que as suas fraquezas são estruturais e traduzem a crise do chamado sindicalismo industrial/nacional, característico do compromisso capital-trabalho fordista que se desestruturou com o neoliberalismo; em segundo lugar que estas se agravam no contexto de crise mercê da chamada «economia do medo»; por fim, que, longe de perder a sua relevância e importância, o seu *modus operandi* tradicional é interpelado e que seria desejável uma reflexão estratégica de modo a poder fazer face às exigências actuais.

As bases de poder do sindicalismo

Os processos de globalização económica, internacionalização e financeirização da economia, sob o signo do projecto neoliberal, conduziram a uma reestruturação e produção de uma nova geografia produtiva mundial; a um longo processo de transformação institucional com uma dinâmica de (re)mercadorização das diversas esferas da vida; e à produção de uma nova subjectividade, caracterizada por um individualismo extremado, condutora de práticas e atitudes, adequada ao novo regime de acumulação flexível de capital.

A nova geografia produtiva global teve consequências diferenciadas nos movimentos sindicais. Nos novos territórios produtivos, as mobilizações por parte das novas classes trabalhadoras constituídas como consequência não intencional do desenvolvimento e expansão do capitalismo geraram movimentos sindicais novos, obtendo concessões económicas e direitos sociais. Nos países capitalistas avançados, a acção sindical centra-se nas lutas contra a expansão do mercado global auto-regulado, em torno da oposição à desconstrução dos pactos sociais dos quais beneficiavam.

O sindicalismo, o movimento social característico da sociedade industrial e da relação salarial fordista, perde simultaneamente força no plano institucional e enquanto movimento social. No primeiro caso, mercê da desconstrução dos arranjos institucionais neocorporativos, do crescente desinteresse por parte das organizações patronais na realização de acordos de macroconcertação social, privilegiando, quando disponíveis, a negociação mais descentralizada ao nível de sector e de empresa, pelo acoplamento estratégico do Estado aos interesses do capital. No que diz respeito à dimensão de movimento social, o sindicalismo perde força e capacidade de acção colectiva, resultado da desindustrialização e terciarização da economia, da crescente diferenciação, fragmentação, individualização e precarização da relação laboral.

A «economia do medo»

Não constitui surpresa afirmar que a crise económica e financeira que se desenvolve desde 2008, e com sérios impactos no contexto português, agravou as debilidades estruturais do sindicalismo. Este confronta-se com a necessidade de dar resposta a uma ofensiva sem precedentes sobre o trabalho, mas em condições cada vez mais desfavoráveis.

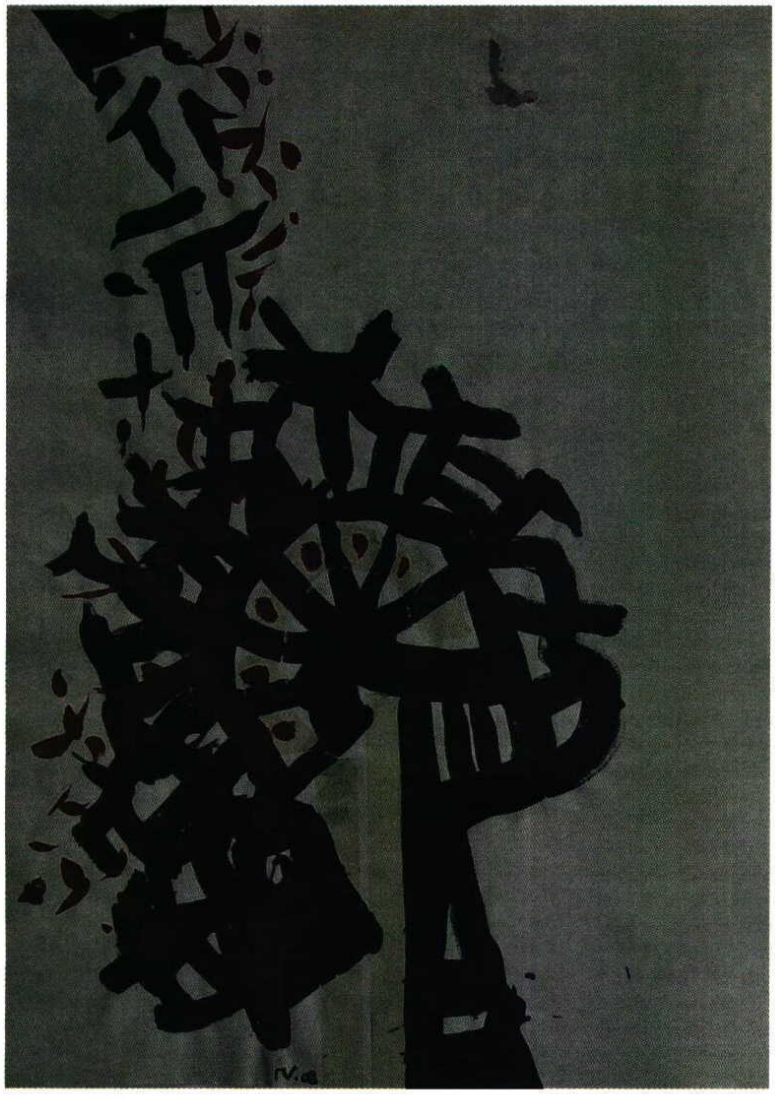
No campo estrito das relações laborais, assiste-se ainda a um aprofundamento da transformação do Direito do Trabalho, no que diz respeito às suas disposições substantivas e processuais, que enfraquece a posição global do trabalho na relação laboral, e do sindicalismo enquanto parceiro social, no sentido de reforçar a flexibilidade da relação laboral, apontada, por governo e empresários, como um factor determinante para a competitividade das empresas e da economia no seu todo.

A utilização do termo «pós-democracia» torna-se cada vez mais usual, quando se mantêm as instituições democráticas mas a política é cada vez mais moldada pela interacção em privado entre representantes eleitos e as elites representativas dos interesses económicos[1]. Os sindicatos, na era «pós-democrática», não possuem parceiros próximos nas instâncias de poder político, o que transforma as estruturas de concertação social em simulacros de negociação.

A crise económica agrava uma das dimensões fundamentais da «economia do medo», o desemprego, que dificulta sobremaneira a agregação de interesses e a acção colectiva. Em Portugal, num curto período de tempo, a taxa de desemprego, com tendência para crescimento desde 2000, passou de 7,6% em 2008 (início da crise internacional) para 12,4% no primeiro trimestre de 2011 (fim do governo PS e assinatura do Memorando de Entendimento), aproximando-se actualmente dos 19%.

A este indicador, já por si sintomático de uma economia em recessão e de um aumento da insegurança e pobreza decorrente da exclusão do emprego, acrescentem-se, por um lado, o aumento do trabalho a recibos verdes e do trabalho precário em geral, a dualização do mercado de trabalho entre trabalhadores estáveis e precários, empregados e desempregados, do sector público e privado; e, por outro, a redução de apoios sociais, o que configura uma situação explosiva e com consequências graves para a coesão social e para a capacidade de agregação de interesses e acção colectiva.

O contexto de desconstrução institucional e as debilidades de organização sindical ao nível de empresa ou de sector de actividade constituem um incentivo ao aumento da acção política, com particular destaque para manifestações e para o recurso ao instrumento da greve geral, que se dirige sobretudo ao Estado, quando este implementa mudanças que correspondem a uma alteração profunda na relação salarial. Pode parecer con-



MATILDE VASCONCELOS . Sem título (2008) . Cortesia Galeria Alecrim 50, Lisboa

tradição o facto de o recurso à greve geral ocorrer num momento de enfraquecimento da força sindical, com riscos de baixa adesão, gastos avultados e eficácia baixa, mas tal decorre exactamente da inexistência de outros meios de influência sindical do poder político.

A diminuição dos recursos disponíveis coloca igualmente sérios entraves à actuação sindical. Esta limitação é acompanhada por crescentes exigências: proliferação do contencioso, com os inevitáveis custos judiciais; impulso no sentido da descentralização da negociação colectiva, o que coloca dificuldades aos sindicatos, dada a sua fraca densidade ao nível de empresa, e concentração dos recursos ao nível sectorial; simultaneamente, ocorre uma maior tecnicização da negociação colectiva, implicando uma maior preparação por parte de dirigentes e técnicos sindicais; uma crescente heterogeneidade, fragmentação e individualização da força de trabalho, necessitando da implicação de mais meios sindicais na sua (tentativa de) organização.

Não só não faltam as fontes de indignação, como temos assistido a mobilizações populares de massas nos últimos dois anos. Estas tendem a não ter centro e estrutura organizada tradicionais que as sustentem, e demonstram até desconfiança face a instituições políticas já existentes. Como pode o movimento sindical relacionar-se com estas mobilizações? A União Geral dos Trabalhadores (UGT) coloca-se de fora das dinâmicas de mobilização colectiva. No entanto, o sindicalismo de «negociação» só produz resultados tangíveis se os sindicatos forem considerados parceiros de pleno direito e as negociações resultarem nalgum tipo de ganho substantivo. Não sobrevive à desconstrução e esvaziamento dos arranjos institucionais, ou pelo menos corre o risco real de cooptação em troca de uma mão cheia de nada.

O sindicalismo de «contestação», próprio da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), é naturalmente mais sensível ao apelo da acção colectiva como forma de pressionar e influenciar o poder. Mas é preciso realçar que o sindicalismo não detém neste momento (se é que alguma vez o teve) o monopólio do protesto. As suas mobilizações seguem lado a lado com manifestações que abordam, entre outras, temáticas caras do movimento sindical, como foi visível no 2 de Março, e embora demonstrem uma maior abertura face a dinâmicas que lhes são estranhas, parece ainda subsistir a chamada «ilusão da auto-suficiência».

Constata-se que muitas da acções realizadas pelos sindicatos constituem o prolongamento de uma identidade sindical perfeitamente solidificada, com pouco espaço para inovação no reportório tradicional utilizado, e pouca abertura dessas identidades à mudança de práticas. O aumento da precariedade e do desemprego, a fragmentação dos colectivos de trabalhadores com vínculos jurídicos diversos, a diminuição do número médio de trabalhadores por estabelecimento, a reconhecida maior resistência patronal à organização e acção sindical, as crescentes orientações por parte dos trabalhadores para outros interesses fora da «esfera da produção» e a redução do tempo de socialização no contexto da empresa dificultam o contacto e a construção de solidariedades que facilitem a acção sindical.

Romper com a rotinização de práticas e a ilusão de auto-suficiência implica uma reflexão estratégica sobre como deve o sindicalismo relacionar-se com as novas circunstâncias em que se movimenta. Uma abordagem produtiva parece ser a do *«sindicalismo de movimento social»*[2]. Esta resulta de um diferente entendimento da classe trabalhadora e das suas formas de organização na luta pela transformação da sociedade. Segundo este prisma, as lutas de trabalhadores constituem uma entre outras lutas políticas legítimas, o que permitiria, por um lado, criar condições para a realização de alianças e coligações sustentadas entre todos aqueles que lutam pela mudança de relações desiguais de poder, de políticas de igualdade e de equidade, em defesa do emprego com direitos e dos serviços públicos, e, por outro, o não confinamento das lutas de trabalhadores ao local de trabalho nem à imagem mitificada do trabalhador industrial do período fordista, numa estratégia de aproximação a colectivos de trabalhadores sub-representados nas lides sindicais.

Cumulativamente, a noção de sindicalismo de movimento social não restringe a sua acção ao espaço industrial/nacional, atribuindo importância fulcral à dimensão transnacional, uma nova solidariedade global na qual o movimento sindical teria um papel importante mas não necessariamente o de vanguarda, algo que assume uma enorme acuidade num tempo que exige a construção de uma resposta política e social à escala europeia que tarda em ganhar substância também por parte dos actores sindicais europeus.

A crise actual gera uma situação em que a necessidade de uma resposta sindical forte anda a par com um contexto que dificulta as bases dessa mesma acção. Os sindicatos, enquanto instâncias de *«socialização de meios de resistência»*[3] fazem e farão parte dessas mobilizações (inter)nacionais. Mas transformar fraquezas em forças coloca dilemas que implicam que essa reflexão estratégica avance enquanto condição tanto para o reforço da capacidade de acção sindical como para a ampliação e articulação do campo das resistências sociais. ■

* Sociólogo, investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

[1] Colin Crouch, *Post-Democracy*, Polity, Cambridge, 2004, p. 4.
[2] Peter Waterman, «Social Movement Unionism: A New Model for a New World Order», *Review*, vol. 16, n.º 3, 1993, pp. 245-278.
[3] Luc Boltanski e Eve Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, Verso, Londres, 2007, pp. 274-275.

CISION

Le Monde diplomatique

ID: 47046353

01-04-2013

Tiragem: 7500
País: Portugal
Period.: Mensal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 9,47 x 2,14 cm²
Corte: 3 de 3

MOBILIZAÇÕES

Sindicalismo em tempo de austeridade

HUGO DIAS